

Turismo Indígena, Protagonismo e Desenvolvimento Local: experiência na terra indígena Jaquiri, Médio Solimões, AM

Patricia Carvalho Rosa^a
Lana Mignone Viana Rosa^b
Pedro Meloni Nassar^c

Resumo

Este artigo apresenta a experiência da elaboração do primeiro Plano de Visitação proposto na região do Médio Solimões, Amazonas, conduzido pelos moradores da Terra Indígena Jaquiri, sobreposta à Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Buscou-se por objetivo discutir o Plano de Visitação como estratégia para o fortalecimento do turismo de base comunitária, desta forma, apresenta-se o interesse da aldeia em desenvolver através dele ações que valorizem e criem meios de visibilidade política e cultural ao coletivo indígena Kambeba, assim como uma alternativa sustentável de renda, operando concomitantemente como instrumento de fortalecimento, gestão e proteção de seu território.

Palavras-chave: Turismo indígena; Turismo de base comunitária; Plano de visitação; Amazônia.

Abstract

Indigenous Tourism, Protagonism and Local Development: experience in the Jaquiri indigenous land, Middle Solimões, AM

This article presents the experience of drafting the first Visitation Plan proposed in the Middle Solimões region, Amazonas, conducted by the inhabitants of the Jaquiri Indigenous Land, superimposed on the Mamirauá State Sustainable Development Reserve. The aim was to discuss the Visitation Plan as a strategy for strengthening community-based tourism, thus showing the village's interest in developing through it actions that value and create means of political and cultural visibility for the Kambeba indigenous collective, as well as a sustainable income alternative, operating concurrently as an instrument for strengthening, managing and protecting its territory.

Keywords: Indigenous tourism; Community-based tourism; Visitation plan; Amazon.

Resumen

Turismo Indígena, Protagonismo y Desarrollo Local: experiencia en la tierra indígena Jaquiri, Medio Solimões, Amazonas

Este artículo muestra la experiencia de la elaboración del primer Plan de Visitas propuesto en la región media del río Solimões, Amazonas, realizado por los habitantes de la Tierra

- a. Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Campinas, São Paulo, Brasil. Pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Belém, Pará, Brasil. E-mail: pati.carvalho.rosa@gmail.com
- b. Mestre em Ciências Ambientais e Conservação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Macaé, Rio de Janeiro, Brasil. Pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Belém, Pará, Brasil. E-mail: lanamignone@yahoo.com.br
- c. Mestre em Gestão de Áreas Protegidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus, Amazonas, Brasil. Coordenador de Projetos do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Belém, Pará, Brasil. E-mail: pedromnassar@gmail.com

Indígena Jaquiri, localizada dentro de la Reserva Estadual de Desarrollo Sustentable Mamirauá. El objetivo planteado fue discutir el Plan de Visitas como una estrategia en el fortalecimiento del turismo de base comunitaria, consecuentemente, se manifiesta el interés de la aldea en desenvolver, a través del Plan, acciones que valoricen y creen medios de visibilidad política y cultural al colectivo indígena Kambeba, así como una alternativa sostenible de ingresos, operando concomitantemente como un instrumento de fortalecimiento, gestión y protección de su territorio.

Palabras clave: Turismo indígena; Turismo comunitario, Plan de visitas; Amazonía.

INTRODUÇÃO

A iniciativa de promoção ao turismo indígena no Brasil foi recentemente regulamentada pela Instrução Normativa Nº 03, de 11 de junho de 2015 (FUNAI, 2015), na qual se estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação com fins turísticos em Terras Indígenas. Antes de sua regulamentação pelo governo, e não havendo mecanismos legais que proibissem tais iniciativas, a ocorrência de turismo indígena está registrada em diversas experiências desenvolvidas no país (Grünwald, 1999; Lacerda, 2004; Lac 2005; Nunes, 2006; Baggio, 2007; Freitas, 2009; Brandão, 2012; Lustosa, 2012). Nesse contexto, apesar do interesse estatal pela regularização e pela temática remeter a década de 1990¹, o debate torna-se presente na agenda das políticas indigenistas em 2006, quando na esteira das discussões do socioambientalismo, autonomia e protagonismo indígena nas políticas públicas e de desenvolvimento sustentável local, a Fundação Nacional do Índio [FUNAI] retoma os estudos sobre a viabilidade do turismo indígena. Sem muito sucesso e perante a morosidade estatal no processo de definição das diretrizes, foi apenas em 2012, sob pressão das demandas indígenas e com a instituição da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI)², que a temática do turismo recebe novo fôlego e finalmente direcionamento jurídico (Von Held, 2013).

A PNGATI prevê apoio ao uso de recursos naturais sustentáveis e iniciativas produtivas indígenas, constando no item “G” do Artigo 5º menção às práticas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo como alternativas possíveis, desde que respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas. Inserida assim no âmbito de uma política pública e de um sistema de governança territorial e ambiental, entende-se que a Normativa emerge com a finalidade de mitigar e inibir práticas abusivas e ilegais nos territórios indígenas e, nessa perspectiva, opera como instrumento de desenvolvimento local, que em consonância com outros aparatos legais precedentes, orienta que as ações turísticas sejam de base comunitária e sustentável. Para isso, no Art. 2 da Normativa se estabelece que os objetivos da visitação pretendem a valorização e a promoção

1. Nesse momento foram criados os primeiros grupos de trabalho interministerial para tratar do tema e cujo resultado mais efetivo foi a elaboração do Manual Indígena de Ecoturismo, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, com o apoio da FUNAI e do Instituto Brasileiro de Turismo.
2. Decreto Federal nº 7.747/12. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (Brasil, 2012)

da sociodiversidade e da biodiversidade na interação dos povos indígenas suas culturas e o meio ambiente, visando à geração de renda, respeitando-se sua atuação “nos termos por eles estabelecidos”.

A participação indígena na formulação desse marco legal ocorreu, como pontuam Corbari et al. (2017), em dois momentos: na formulação da minuta ao documento, através de “incursões a diversas comunidades indígenas do país que já desenvolviam o turismo” e, posteriormente, na fase de aprovação da Normativa, quando, em 2014, a FUNAI promoveu a divulgação da iniciativa às organizações indígenas, de modo a lapidá-la. Na Normativa aprovada observa-se que a participação e autonomia indígena são elementos fundantes para a regulamentação das atividades turísticas, posto que a demanda pela abertura do turismo nas comunidades é responsabilidade local, cabendo aos interessados a elaboração do Plano de Visitação. Com efeito, enquanto instrumento de gestão de seus territórios cabe ao grupo indígena, a organização e administração das visitas na aldeia e para gerir esse processo legal e a prática de visitação, é preciso antes aprovação do plano de atividades pela equipe técnica da FUNAI. Assim, abrigada nas Coordenações-Gerais de Promoção ao Etnodesenvolvimento e de Monitoramento Territorial, a cooperação com o órgão indigenista é igualmente ação essencial, pois o encargo de orientações e coparticipação no controle e fiscalização de ingresso em terras indígenas é dele.

Sem pretendermos nesse texto desenvolver uma análise político-legal do documento e suas questões administrativas, ou de jogos de interesses que o acompanham, focamos o olhar às suas potencialidades. Para isso, partimos da ideia de que a regularização do turismo indígena oportuniza aos povos indígenas condições de exercerem autonomia e poder de negociação com o Estado de suas relações de interesse (Gasperazzo, 2017).

Nesse horizonte, contribuindo com debates sobre o tema, este artigo apresenta e contextualiza a experiência de elaboração do primeiro Plano de Visitação proposto na região do Médio Solimões, no estado do Amazonas, mobilizado pelos moradores Kambeba da Terra Indígena Jaquiri, homologada em 1991, sobreposta territorialmente à Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá, decretada em 1996. Nesse contexto, buscou-se por objetivo discutir o processo de elaboração do Plano de Visitação e ao descrevê-lo procurou-se mostrar que o empenho da aldeia em inserir seu território no circuito de turismo local já existente na RDS Mamirauá está dimensionado com a reivindicação de atividades turísticas, gerando o fortalecimento do desenvolvimento local, e para através dele gerarem alternativas de renda, criando concomitantemente meios de valorização cultural e visibilidade política ao coletivo engajado no projeto.

Para tanto, o percurso metodológico se embasou nos diálogos e entrevistas abertas realizadas³ com os indígenas envolvidos durante o acompanhamento das atividades de construção do Plano de Visitação, entre 2018 e início de 2020. Este foi elaborado em seis reuniões, complementadas com oficinas de natureza informativas, capacitações e o desenvolvimento com os atores locais de diagnósticos e mapeamentos participativos (Araújo et al., 2017) a partir dos quais definiram os objetivos, roteiros e produtos turísticos. Todas as atividades foram

3. As entrevistas e diálogos foram registrados em cadernos de campo e áudios, com a autorização dos participantes.

desenvolvidas na aldeia Jaquiri com a participação dos moradores e da assessoria técnica do Programa de Turismo de Base Comunitária (PTBC) do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA). Pelo contexto de produção participativa das informações aqui descritas, as análises desse processo seguem perspectivas interdisciplinares, utilizando-se ferramentas qualitativas, optando-se por descrever o caso da aldeia Jaquiri, que permitiu construir um olhar situado às relações e aos processos que envolvem esse projeto, contemplando as perspectivas locais (Merriam, 1998; Yin, 2005).

Nesse aspecto, apresenta-se o contexto da iniciativa de Turismo de Base Comunitária da Pousada Uacari que inspira e hospeda a ação Kambeba, objeto de discussão, situando os protagonistas ribeirinhos e indígenas envolvidos na prática de gestão compartilhada, a área dos projetos e os respectivos territórios. Doravante descrevemos o processo que resultou no engajamento dos Kambeba na criação do projeto Turismo Uika Omagua, evidenciando que suas expectativas e objetivos convergem para a melhoria da qualidade de vida, abarcando a um só tempo a geração de renda e o fortalecimento da identidade com a apropriação política da história e cultura do povo como “práticas de cuidados” (Stenger, 1996). Argumenta-se que nas articulações pela formalização do turismo indígena Uika Omagua, o Plano de Visitação opera meios possíveis de ações indígenas de resistência e luta local na garantia também de proteção territorial e gestão ambiental.

OS TERRITÓRIOS E OS SEUS PROTAGONISTAS

Os Kambeba do Jaquiri ao almejam implementar e regularizar atividades de turismo em seu território buscam, por um lado, reafirmar sua participação na gestão comunitária e compartilhada previamente existente, desenvolvida desde 1998, através das ações da Pousada Uacari, localizada na Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Tal projeto existente na área da RDS contou com a participação de alguns poucos moradores da aldeia a partir de 2003 e, nesse período, apesar de executarem atividades de gestão e serem beneficiários da distribuição dos excedentes, atuando como condutores de turistas ou funcionários alocados em outras funções, o componente étnico não esteve presente na elaboração dos projetos desenvolvidos. Assim, o projeto de Turismo de Base Comunitária ao qual a Terra Indígena (TI) Jaquiri coletivamente se engaja a partir de 2018 com a elaboração de seu plano de visitação tem seu histórico inserido no âmbito regional das lutas sociais por territórios, conservação dos recursos naturais que culminam na criação das áreas protegidas no Médio Solimões.

Por outro lado, se hoje a oportunidade do turismo indígena é por eles sugerida como nova forma de “cuidar do território”, isso se passa frente à necessidade histórica que enfrentam para sua salvaguarda e constitui, assim, um processo de reivindicação política pelos Kambeba do Jaquiri cujas condições, como sugere Bourdieu (1996), não ocorre sem mediação de forças e resistências.

Nesse horizonte, a criação da TI Jaquiri e as das RDS Mamirauá e da Amanã, vizinha a elas, culmina do apelo de movimentos sociais, englobando ribeirinhos e indígenas, ambientalistas e acadêmicos mobilizados num esforço reivindicatório comum para o reconhecimento dessas áreas protegidas, iniciados nos anos da década de 1960. Isso ocorre em respostas às circunstâncias sociais,

históricas e políticas que impulsionaram as ações de expropriação territorial e cultural na Amazônia, cujo processo de ocupação e domesticação na região, tanto das paisagens quanto dos sujeitos que ali viviam, esteve calcado sob a exploração secular de recursos e na distribuição desigual de terras e direitos e nas dinâmicas de deslocamentos populacionais envolvendo grupos indígenas (Porro, 1996). Destarte, impingiu-se sobre diversas populações locais, especialmente aos povos indígenas, a resignificação de suas identidades étnicas, quando não, incentivados a negá-las na região do Médio Solimões, ao menos desde o século XVII (Souza, 2011).

É precisamente nesse contexto de vulnerabilidade que a promoção da visibilidade étnica mencionada pelas lideranças Kambeba através do turismo na aldeia seria uma resposta frente ao violento processo de esbulho territorial e ao “apagamento” das diversidades étnico-culturais na região. Os Kambeba, população tupi, contemporaneamente reconhecidos como descendentes dos antigos Omagua⁴, em maior densidade demográfica na região tinham território originário estendido desde o atual município de Fonte Boa, adentrando à montante do rio Solimões até o Peru, numa extensão de terra de 700 Km. Espreados pela Amazônia brasileira desde meados do século XVI os Kambeba, hoje, concentram-se no Médio Solimões e Baixo Rio Negro (Silva, 2012).

Com os processos de ocupação mais recentes na região, intensificados a partir do auge do desenvolvimento da indústria da borracha, na primeira década do século XIX e XX, a presença indígena foi residualmente sendo alocada no imaginário regional, ocupando a mais baixa escala na estratificação dos grupos sociais. O “apagamento” da presença indígena na região vem acompanhado dos processos de sujeição à lógica da colonização. Catequizados, coibidos de falar as línguas maternas e alterados em “caboclos” ou “índios civilizados”, foram os coletivos Kambeba e, tantos outros grupos ameríndios, os principais agentes nas atividades de extração dos recursos naturais que alimentavam o sistema de comércio estruturado através do regime de aviamento (Faulhaber, 1998). Logo, a recente oportunidade da ocorrência de atividades turísticas na aldeia Kambeba é vislumbrada pelas lideranças como meio de “mostrar para os turistas não indígenas, e para nossos vizinhos ribeirinhos, a história e cultura que foi apagada”.

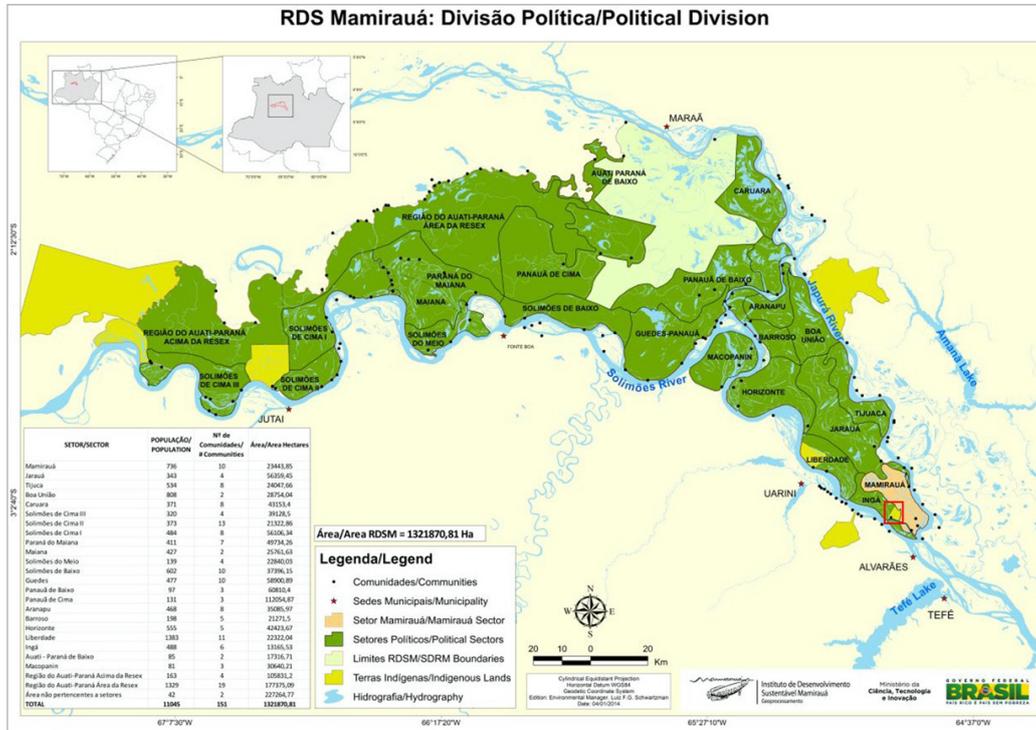
Com os processos de desterritorialização ocorridos essas populações buscaram assentamentos e recriaram seus territórios e modos de vida com os ribeirinhos e famílias de ex-seringueiros às margens do médio Solimões e baixo Japurá. Essas populações originárias e aquelas migrantes desenharam os contornos multiterritoriais sobre os quais emergem a TI Jaquiri e a RDS Mamirauá. Em 1986, esta foi decretada como Estação Ecológica (ESEC) Mamirauá, como esforço de preservação de espécies de primatas⁵, passando para âmbito estadual em 1990, com 1.124.000 hectares (Queiroz, 2005).

4. Os Omagua são conhecidos na literatura pela antiga prática corporal de modelação graduada da caixa craniana masculina dando forma alongada a cabeça, fazendo-os conhecidos como “cambebas”, cujo significado na língua tupi é “cabeças chatas” (Porro, 1996).

5. Com o intuito de proteger o macaco uacari-branco (*Cacajao calvus calvus*), espécie ameaçada de extinção, o biólogo Márcio Ayres propôs ao governo federal a criação de uma unidade de conservação com, aproximadamente, 200 mil hectares.

Em 1996, a ESEC Mamirauá foi recategorizada para Reserva de Desenvolvimento Sustentável (Ayres et al., 1999), tornando-se a primeira RDS do Brasil. Concomitante a RDS, algumas Terras Indígenas ao seu entorno também foram regularizadas.

Figura 1 – Divisão política da RDS Mamirauá



Fonte – Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (2014)

Em destaque a localização da TI Jaquiri (linhas vermelhas).

Localizada entre os rios Solimões, Japurá e Auati-Paraná, a RDS Mamirauá, tem território circunscrito sobre os municípios de Uarini, Fonte Boa, Jutaí, Tonantins, Maraã e Japurá, com uma população 11.304 habitantes, e organizada em 23 setores políticos que agrupam 211 comunidades (SIMDE, 2020). A Unidade de Conservação [UC] foi decretada sobrepondo-se territorialmente a outra área protegida já existente, a Terra Indígena Jaquiri, incluída como comunidade indígena no setor Mamirauá no final da década de 1990. Com território de 2.000 ha, a TI Jaquiri pertencente ao município de Uarini, foi identificada e declarada em 1982, e homologada pelo Decreto 264 de 30 de outubro de 1991 (Brasil, 1991).

Os primeiros moradores chegaram ao Jaquiri em 1971. Antes disso, transitaram no Auati-Paraná e Fonte Boa. A TI organiza-se política e espacialmente em apenas uma aldeia, com 45 moradores, e, é descrita por um ancião como “lugar de luta e muita história de resistência vivida”, lugar no qual “constroem cultura e identidade”. Sua reflexão corrobora a ideia de que demarcar a TI para os Kambeba era mais do que ter sua própria terra, era se reafirmar como povo. Como discute Silva (2012), se no passado foram obrigados a negar sua identidade étnica como forma de fugir da perseguição e discriminação é, a partir da década de 1980, marco das lutas políticas e reivindicatórias dos povos indígenas do Médio Solimões, que os Kambeba começaram a se organizar como movimento indígena e a buscar reconhecimento étnico e fundiário diferenciado dos ribeirinhos

e de outras populações tradicionais. Os encontros promovidos pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Prelazia de Tefé e os grupos indígenas Miranha da região de Uarini, que já haviam reconhecido seus territórios pelo Estado, possibilitaram aos Kambeba situados no Jaquiri discutirem sobre seus problemas sociais, políticos e econômicos, apropriando-se de seus direitos constitucionais, emergindo a demanda pela terra e sua posterior demarcação (Fauhalber, 1998).

Embora constitua uma área protegida de uso sustentável, mas restrita aos indígenas, a aldeia Jaquiri, pela sua condição de sobreposição territorial, participa também dos processos de gestão compartilhada e organização política da RDS Mamirauá, sendo considerada componente comunitário do setor Mamirauá, juntamente com 10 comunidades ribeirinhas. Desse modo, como usuários da UC, cabe aos residentes da aldeia apropriarem-se e respeitarem o plano de gestão da RDS, efetivando sua participação na cogestão através dos fóruns deliberativos bem como contribuir com a vigilância e proteção da área.

Similar às demais comunidades ribeirinhas do setor, os moradores da aldeia Jaquiri geram sua subsistência da pesca, agricultura e do extrativismo vegetal. O excedente é vendido. Entretanto, por estar localizada em uma área de várzea, ecossistema alagado sazonalmente, cujo nível da água varia cerca de 10 metros anualmente, essas atividades não ocorrem regularmente ao longo do ano. Durante o período da cheia, principalmente entre março e junho, tanto a pesca quanto a agricultura são mais difíceis, os peixes se espalham por uma área muito além dos principais rios e canais que eles têm acesso e não há terra seca para o plantio.

A composição da renda doméstica dos moradores da aldeia complementa-se por meio de benefícios governamentais previdenciários e de transferência de renda (Peralta & Lima, 2013). A participação dos indígenas enquanto moradores e usuários da Reserva lhes conferem também direitos à partilha de recursos provenientes das atividades realizadas no setor Mamirauá, com maior destaque para aquelas no âmbito do Turismo de Base Comunitária, vinculado à Pousada Uacari.

O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO EXERCÍCIO DE GESTÃO COMPARTILHADA

Com a criação da RDS Mamirauá em 1996 e estabelecida a sobreposição ao Jaquiri, elaborou-se o seu Plano de Manejo e Gestão, delimitando o zoneamento e as regras de uso da unidade de conservação. Assim, espaços antes de livre acesso são zoneados de acordo com os históricos de uso local e alguns desses foram redefinidos constituindo-se como áreas de preservação, enquanto outros foram deliberados como zonas de manejo, entre elas a Zona de Manejo Especial de Ecoturismo⁶. A partir daí foram criadas alternativas econômicas de perspectiva sustentável como forma de compensar a perda das áreas de uso intensivo, visando ainda reorientar as atividades econômicas tradicionais para minimizar os impactos ambientais sobre o território e ecossistemas.

6. O ecoturismo tem como atrativo a relação das comunidades com o patrimônio natural onde estão estabelecidas e vivem promovendo a sustentabilidade dessa relação e do turismo realizado, sendo necessário a inclusão delas como protagonistas nos processos de criação e manutenção do turismo, com garantia de acesso aos benefícios gerados pelos mesmos (Faria, 2005; Mendes et al., 2007).

Uma dessas alternativas sustentáveis foi o Turismo de Base Comunitária que se desenvolveu no final da década de 1980 da conjunção de fatores que envolvem o interesse por um novo nicho de mercado turístico. Distante do turismo considerado de massa, o propósito do TBC busca uma experiência original, em um cenário natural preservado, interagindo diretamente com grupos sociais alocados nessas áreas de preservação, que demonstram em seu *modus vivendi* uma conexão com essa natureza que, primordialmente, garante o seu sustento. Essas comunidades enfrentam desafios muitas vezes referentes a sua localização, como o acesso às oportunidades de trabalho e geração de renda que possam complementar os recursos advindos do extrativismo ou da atividade agrícola, vivenciando em sua maioria condições de pobreza e desacesso à serviços básicos de saúde, educação e saneamento (Maldonado, 2009).

Nesse escopo, dentro da proposta da RDS de permanência das comunidades tradicionais, o TBC serve como ferramenta para o desenvolvimento local, considerando-se em suas práticas as esferas, social, econômica, cultural e políticas dessas comunidades, através do fomento a gestão participativa, da sensibilização ambiental, de reflexões quanto ao uso do território e da valorização da identidade local (Bursztyjn et al., 2009; Araújo et al., 2017; Betti & Denardin, 2019).

A proposta das atividades de TBC na RDS Mamirauá foi levada às comunidades do setor homônimo, local de mais fácil acesso partindo de Tefé. O caminho de atuação do TBC consolidou-se por meio de reuniões e diálogos com os moradores, coadunando comunitários, indígenas e ribeirinhos, pesquisadores e extensionistas do IDSM para elaboração conjunta de estratégias de implementação da atividade. Para isso, o desenvolvimento concomitante de pesquisas focadas em diagnósticos tanto das formas de viabilização do TBC e seus objetivos, quanto aos impactos e benefícios que as atividades poderiam implicar foi fundamental (Peralta, 2002).

Após o planejamento participativo a Pousada Uacari foi criada em 1998, ano em que se iniciaram as primeiras visitas. Em 2000 foi criada a Associação de Auxiliares e Guias de Ecoturismo do Mamirauá (AAGEMAM), associação comunitária responsável pela prestação de serviços à Pousada e que faz a gestão compartilhada do empreendimento junto ao IDSM. Para tanto, o Instituto designou uma base flutuante⁷ usada para a pesquisa como instalação inicial de hospedagem e, junto a alguns moradores, começaram a receber visitantes. Nesse ano iniciou-se a ampliação da estrutura da Pousada Uacari e como resultado houve aumento da demanda por visitas e do contingente de comunitários partícipes na atividade. As capacitações se intensificaram, assim como a divulgação do produto (Peralta, 2002).

Atualmente dez comunidades ribeirinhas e a aldeia Jaquiri participam das atividades da Pousada Uacari, envolvendo cerca de 80 pessoas. A principal forma de participação é através da prestação de serviços na condução de visitantes, cozinha, hospedagem e manutenção, sendo encorajadas a venderem produtos produzidos em suas comunidades, além de serem partes nas tomadas de decisão, em reuniões da associação e/ou reuniões de equipe.

As atividades turísticas da Pousada Uacari são voltadas para conhecer o ambiente local, ocorrendo passeios de canoa à remo e à motor, trilhas, palestras e visitas a algumas comunidades. A geração de benefícios econômicos se dá através

7. São construções em madeira sobre uma estrutura de bóias de madeira apropriadas para flutuar e geralmente estão localizadas na margem do rio, atracadas na frente das comunidades e/ou próxima à beira do rio.

da prestação de serviços, nesse sentido, um ganho para as famílias participantes, e também por meio da divisão da taxa socioambiental, um benefício coletivo voltado à comunidade (Peralta et al., 2018).

Os benefícios, no entanto, vão além da geração de renda. O TBC possibilitou a criação de uma rede de relações não apenas com os turistas, mas entre os próprios comunitários, intensificando seus laços sociais e a cogestão, agindo também como forma de transformação de identidades e relações de gênero entre indígenas e ribeirinhos (Peralta & Cobra, 2016). Para as mulheres, em especial, propiciou maior mobilidade social, possibilitando a elas criarem suas próprias sociabilidades, tornando-se elos reconhecidos no circuito de gestão e fomento da economia doméstica (Peralta & Alencar, 2008).

UIKA OMAGUA: TURISMO FORTALECE O POVO DAS ÁGUAS

“E agora que venham os brancos”.
(Indígena Kambeba, condutor de visitantes na comunidade)

Em 2017, impulsionada pela necessidade de geração de renda para as oito famílias residentes na aldeia Jaquiri, os Kambeba vêm retomando seus lugares como beneficiários dos valores gerados pelo ecoturismo visando o empoderamento comunitário. Nesse momento, o potencial turístico de visitação na terra indígena, assim como a potencialidade da atividade turística para alcançar o objetivo de geração de renda suplementar, ganhou paulatino lugar de destaque na organização local. Não apenas como reflexo positivo das experiências acumuladas por alguns moradores nas iniciativas não indígena de turismo ocorridas na RDS, senão, especialmente, porque a oportunidade, explicava uma das mulheres da aldeia não engajada no projeto do TBC com a Pousada: poderia ser “uma atividade da comunidade toda; fortalece o povo Kambeba”. “Aquele que não quer ser guia, pode trabalhar no artesanato, nas danças, nas alimentações, contar uma história dos antigos, falar sobre esse lugar; fazer uma pintura, ensinar uma palavra em Kambeba”.

Nesse trajeto, em 2018 as relações entre a aldeia Jaquiri e a Pousada Uacari se estreitaram pela necessidade de firmarem acordos temporários e específicos para a realização do *Jaguar Expedition*, atividade que envolve turismo e pesquisa de campo com foco na observação de onça-pintada (*Panthera onca*), através do rastreamento dos animais por GPS, e que, àquela altura, estavam se deslocando pela área do território indígena. Como impulso experimental, a aldeia concede autorização para que a atividade ocorra em seu território, sob a condicionante de que esse deslocamento, quando acontecer, seja com a presença e mediação de algum Kambeba. Essa mobilização em 2018 “reanimou” os residentes na aldeia a retomarem os diálogos e planejamentos conjuntos com seus vizinhos da RDSM, e o componente indígena ganhou novo lugar no projeto do TBC existente.

“Agora está tudo junto, parece: o território da aldeia, do setor e do turismo e o território da onça”, diz a mesma mulher Kambeba respondendo sobre os motivos da “reanimação” de seus parentes na gestão conjunta das visitas e a inclusão do território indígena nas atividades turísticas. Para ela e outros indígenas, a iniciativa do turismo colaboraria na organização comunitária, no “monitoramento do

ambiente e ajuda(ria) a movimentar o turismo, a curiosidade do turista sobre os indígenas”. Assim, a possibilidade da visita congrega à arena da sustentabilidade outra importante ação política na perspectiva Kambeba, quando através do turismo deslocam o território como objeto abstrato para uma categoria política que, além do caminho da onça, abriga nele “histórias de luta e resistência”, segundo lideranças da aldeia. Nesse contexto, de coadjuvantes, com a inserção de seu território e expressões de seus modos de vida nos atrativos turísticos vislumbram exercer “práticas de cuidado” (Stenger, 1996) que relacionam natureza e política num mesmo contexto: “agora será o Kambeba contando a sua própria história para o turista, mostrando como o índio vive nesse território”.

A partir dessa expectativa comunitária inicia-se o processo de engajamento da aldeia no desenho de seu projeto turístico autônomo. Em junho de 2018, quando a Pousada Uacari realizou a formação de condutores de visitantes para moradores do setor Mamirauá que recebem grupos de visitantes em suas comunidades, cinco participantes Kambeba fizeram o esboço de um roteiro de visita na aldeia, registrando pela primeira vez um olhar sobre o seu território e cultura associados aquilo que possivelmente desperta o interesse dos não indígenas ao visitá-los. Nesta formação inicial os participantes da aldeia foram todos jovens entre 18 e 25 anos, sendo dois homens e três mulheres.

Nesse espaço foi possível perceber o estímulo de alguns deles pelo processo de aprendizagem sobre o histórico de formação do território e sobre a cultura Kambeba, desencadeando interesses na aldeia por iniciativas de pesquisa e autoformação, passando a construção de um conhecimento e memória coletivos acerca da cultura e história do povo Kambeba. Isso culminou em ações de fortalecimento do aprendizado à língua materna, interesses pela retomada de produção da cultura material e apropriação dos regimes de saberes tradicionais acerca dos grafismos, da fabricação de cestaria e cerâmicas que expressassem traços de sua identidade.

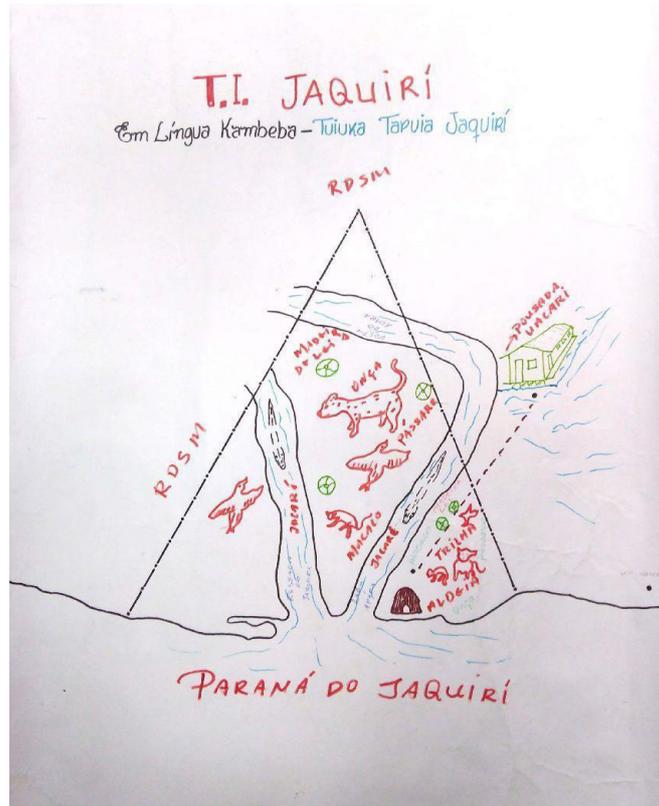
No planejamento posterior de atividades a serem realizadas com os turistas durante visitas mais longas, com um dia de vivência, uma das primeiras ideias aventadas pelos indígenas foi convidar os turistas a participarem das aulas bilíngue. Os grafismos Kambeba, já de antes pintados no centro comunitário, foram revisitados e seus significados resgatados, tornando-se parte também do roteiro de visitas na comunidade, nesse caso, o artesanato surge como uma fonte econômica.

Assim, aliado às práticas de cuidados do território e sua gestão com parceiros, o retorno financeiro associado à manutenção e prática de saberes tradicionais, hoje reconhecidos como patrimônios imateriais, estimula os moradores, jovens e adultos, homens e mulheres. Esse impulso inicial, então, resultou na demanda da aldeia direcionada à coordenação do PTBC, que assessora a Pousada na cogestão das atividades turísticas desenvolvidas na RDSM, para inserção da aldeia no rodízio de visitas às comunidades já realizado, tendo como resposta a necessidade de elaboração de um Plano de Visita, seguindo a legislação vigente.

Antes de iniciar qualquer tipo de atividade no território indígena o IDSM, através do PTBC, disponibilizou assessoria técnica para, juntamente com a aldeia, encontrar os meios de atuação mais pertinentes ao turismo em área indígena, iniciando o processo pelo exame conjunto do quadro legal necessário para a implementação das ações. Desse modo, os primeiros esforços direcionaram-se à compreensão e apropriação da proposta da PNGATI, em que se dispõe sobre a promoção de iniciativas que “visem garantir e promover a proteção, a

recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas”, assegurando para isso “a integridade do patrimônio indígena, a melhoria na qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas”, considerando sua autonomia sociocultural (Brasil, 2012).

Figura 2 – Desenho da aldeia identificando os territórios da RDS, TI e do TBC



Fonte – Produzido pelos moradores

Pautados por tais premissas e resguardados pelas orientações e diretrizes contidas na Instrução Normativa que as corroboram, o PTBC e a Pousada Uacari ao acolherem a demanda dos Kambeba referente à visitação na área da TI, também se comprometeram em responder a intenção da aldeia pela inserção do componente indígena nas suas práticas de sensibilização socioambiental. O resultado dessa iniciativa compartilhada de criação do turismo na Terra Indígena materializou-se no Plano de Visitação “Turismo Uika Omagua”.

O PLANO DE VISITAÇÃO: “UM DOCUMENTO DE GESTÃO” INDÍGENA

Essa nova aliança estabelecida no território compartilhado revela diferentes desafios no desenvolvimento de estratégias para a prática do turismo de base comunitária em áreas protegidas. Chamamos atenção aqui para algumas singularidades do processo empreendido entre a aldeia Jaquiri e a Pousada Uacari no desenvolvimento deste Plano de Visitação, uma vez que a proposta se trata da inclusão da aldeia em um modelo já consolidado e nele interpor as ações e

produtos turísticos Kambeba exclusivamente em seu território. Para isso, o desafio de estabelecer parcerias com atores da gestão da unidade de conservação tem se revelado mais eficiente do que com as instituições indigenistas, como veremos.

A participação do componente indígena no projeto almeja consolidar por meio do “documento do turismo indígena” uma nova ferramenta que favoreça e estimule o desenvolvimento local, trazendo “benefícios” ao coletivo indígena. Sua construção se deu através diversas reuniões mobilizadas com os Kambeba e representantes do IDSM, PTBC e Pousada Uacari, como ilustra a Figura 3.

Figura 3 – Ações participativas do desenvolvimento do turismo indígena na TI Jaquiri



Fonte – Elaborado pelos autores (2020)

Nesses diálogos queríamos garantir a compreensão tanto da iniciativa de turismo já desenvolvida na RDS como o entendimento da possibilidade legal do turismo indígena, adequando-o então aos interesses e necessidades dos residentes na Jaquiri. Essas articulações propiciaram, sobretudo, a cooperação entre o proponente Jaquiri e a Pousada, como parceira externa. Como sugerido na PNGATI e na Instrução Normativa 003/15, observou-se nesse documento a realidade sociocultural e as exigências Kambeba, garantindo, desse modo, o protagonismo e participação indígena.

Cabe ressaltar que apesar da ciência e orientações encaminhadas pelos técnicos da FUNAI através da Coordenação Regional e do apoio com algumas logísticas facilitadas por meio de um plano de cooperação técnica com o IDSM, não houve acompanhamento mais aproximado do órgão no processo, cabendo aos Kambeba a articulação autônoma com a assessoria e a Pousada, de modo que a dificuldade de comunicação com a FUNAI não foi empecilho. Pelo contrário, a ausência do órgão os incitou a pautar todas as atividades preparatórias articulando parcerias

e, usando-se de práticas e princípios participativos, instigaram as reflexões da própria comunidade sobre seus interesses e anseios quanto à atividade turística, dando continuidade aqueles iniciais esforços empreendidos pelos jovens participantes na oficina de capacitação de guias comunitários.

Num contexto rural de precário acesso às ferramentas de comunicação e internet, e sem apoio estrutural da FUNAI para tê-lo, destacamos que a parceria com a Pousada na construção do Plano de Visitação nesse momento de abertura à atividade turística foi fundamental, respondendo aos critérios estabelecidos na IN003/15. No Artigo 5º exige-se informações sobre planejamento logístico voltado para captação e condução dos turistas à aldeia. Nesse caso, ficou acordado que a participação principal da Pousada reside em oferecer o suporte logístico necessário para a promoção do Turismo Uika Omagua, bem como apoio a locomoção dos turistas até o território, dispondo para tanto de barcos, gasolina, guias bilíngues e água potável para os visitantes.

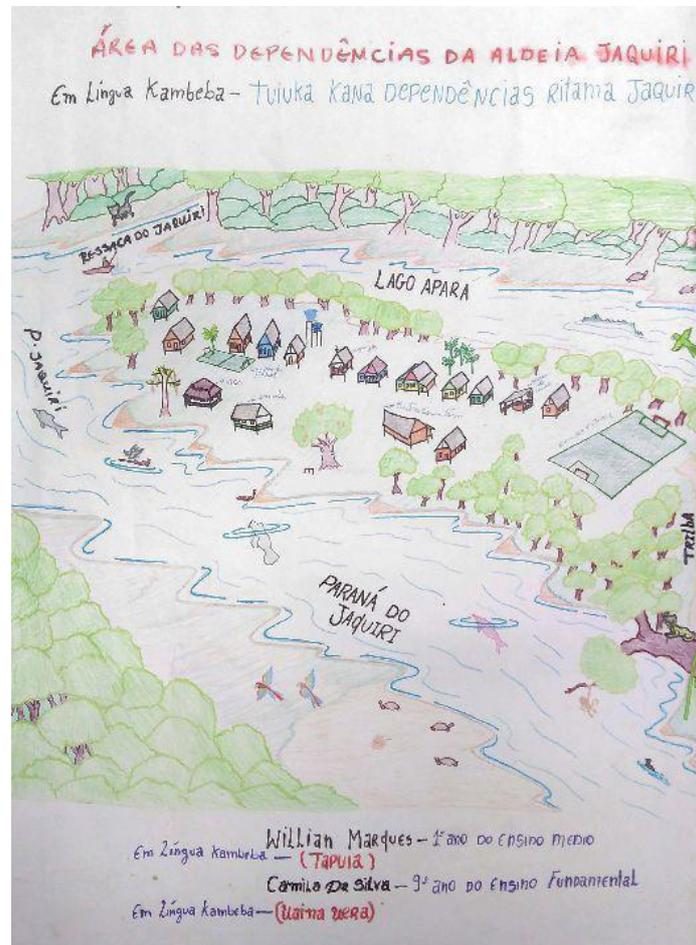
No tocante ao protagonismo e no desenvolvimento local, destacamos também o desafio de não tornar as visitas na aldeia um componente ao exercício de objetificação da alteridade étnica. Nesse horizonte, o turismo torna-se uma ação política Kambeba, na medida em que o objetivo da visita pretendida pela aldeia é proporcionar a vivência comunitária ao turista, oportunizando a interação direta entre visitantes e comunitários, cuja experiência e o cenário cotidiano de uma comunidade tradicional são acessados sem nenhum tipo de encenação ou interferência prévia à visitação. A relevância de resguardar o lugar de fala indígena no processo de elaboração do “documento de gestão” em discussão foi analisada por uma de suas lideranças quando afirmou que “só quem pode falar da história e da cultura do índio é o índio”. Tal declaração foi motivada pela discussão sobre a atuação da equipe da Pousada Uacari no apoio a condução dos visitantes no Jaquiri. Ela demonstra justamente o fortalecimento do protagonismo e o agenciamento político indígena na atividade turística pretendida esboçada nos roteiros e produtos turísticos.

De dupla via a problemática do turismo étnico, como discutida por Grunewald (2003), pode aparecer em duas perspectivas. Uma estruturada com foco no nativo, sendo ele objeto de exotização imaginada pelo turista, e outra, mais ao encontro da proposta do Jaquiri, está associada aos traços diacríticos que os caracterizam histórica e culturalmente nesse contexto social e territorial. Suas condições materiais, sociais e culturais são aspectos considerados nos roteiros e produtos turísticos, reiterando, assim, a asserção dos moradores da aldeia de que “[os turistas] vão conhecer como vive o índio Kambeba”.

Nesse sentido, em um dos roteiros de visita por eles propostos foram incluídos o coqueiro mais antigo do território, plantado pelo fundador do local, e sua casa, hoje a mais antiga entre as existentes. Foram inseridas as variedades cultivadas ao redor das casas, a escola, a igreja, os limites da TI, o novo sistema de tratamento de água, o gerador de luz, o campo de futebol e o centro comunitário como pontos de visitação. Visualizamos nesse exercício uma cartografia social (Araújo et al., 2017) na qual suas reflexões sobre o território do turismo estão acompanhadas de discussões sobre a realidade local e suas relações com as políticas públicas que moldam seus modos de vida conjuntamente aos conhecimentos tradicionais. Com esse etnomapeamento os moradores expressam seus fluxos de relações com o território e seu lugar de morada, seus

vizinhos e os recursos turísticos articulados às estruturas de que necessitam atualmente para viverem nele.

Figura 4 – Desenho do território da TI e os atrativos turísticos identificados pela comunidade



Fonte: – Produzido pelos moradores

Assim, nota-se que o turismo Uika Omagua enquanto “plano de gestão indígena” cria novos espaços potenciais para efetivarem um princípio de irredução no qual a identidade indígena deixa de ser tratada como reflexo de um imaginário social historicamente construído alicerçado sob o ponto de visto do outro, residual, genérico e colonizado. Da perspectiva local, os seus modos particulares de etnicidade, permeados por histórias de resistências aos valores e práticas coloniais por eles vivenciadas no passado mobilizam na atualidade uma interação diferenciada com os visitantes. O que está em jogo, não seria aqui a emergência de uma comunidade étnica criada para o turismo, mas o contrário. Uma aldeia que através do turismo étnico ensaja produzir relações menos assimétricas, permitindo conjugar espaços necessários para geração de renda, fortalecimento cultural, promoção da autonomia nas práticas de gestão comunitária e ambiental.

No contexto histórico local de invisibilidade dos povos indígenas provocar um olhar que busca identidade dentro das práticas e lugares cotidianos talvez seja a maior contribuição do turismo de base comunitária ao Jaquiri. Ao perceberem

que a realidade local é única, o cotidiano na aldeia torna-se um produto turístico de impacto positivo para a comunidade (Corbari et al., 2017), indo ao encontro daquilo proposto na IN003/2015 (FUNAI, 2015), sendo condizente com o modo de atuar no território e com as perspectivas e capacidades locais quanto ao turismo.

Destarte, mesmo diante da inserção do Jaquiri em um grupo já estabelecido de comunidades que trabalham com ecoturismo, a aldeia segue afirmando sua especificidade e autonomia, conduzindo o processo, pautada em sua própria perspectiva, driblando a ingerência da FUNAI. Nessa lógica, os Kambeba pensaram em formas de monitoramento e avaliação das atividades, criando, para isso, o “conselho de turismo” para atuar na gestão local das ações turísticas, composto por seis indígenas da aldeia. Esta estratégia articula os critérios exigidos tanto na IN003/15 e na PNGATI quanto aos objetivos do desenvolvimento sustentável, em que o protagonismo e participação indígena efetive-se também com a equidade de gênero e respeitando a forma como localmente cada morador deseja engajar-se às atividades. Nesse âmbito, o conselho deverá auxiliar na organização das atividades e conduzir as demandas e informações entre a aldeia, visitantes e parceiros, criando seu próprio protocolo de atuação, servindo ainda como instância de comunicação e tomadas de decisões do grupo.

Através de um exercício de registro individual dos objetivos Kambeba associados ao turismo conduzido nas reuniões preparatórias encontramos respostas correlacionadas a quatro conjuntos de interesses principais: “gerar renda para a família e benefícios para a comunidade”, “valorização da cultura e conhecimentos”, “proteção do território e preservação dos recursos naturais” e “fortalecimento da comunidade”. Observa-se nessas intenções da aldeia que o objetivo de geração de renda complementar vem atrelados ao “respeito” e o “fortalecimento da identidade”, dos costumes, “das histórias e da cultura Kambeba”.

Ao referirem-se ao Plano de Visitação como “documento de gestão indígena” suas expectativas extrapolam o entendimento e uso do território nessas atividades apenas como recurso cênico, englobando através do turismo oportunidades de acesso das famílias aos recursos financeiros, na mesma medida em que ocorra a “valorização da cultura” como atuação política interna ao coletivo Kambeba.

Nesse sentido, isto vai ao encontro ao que Maldonado (2009) sustenta a propósito do protagonismo comunitário nas iniciativas de TBC, quando o que se vê como resultado é que em decorrência do turismo “as comunidades estão cada vez mais conscientes do potencial dos seus bens patrimoniais, ou seja, o conjunto dos recursos humanos, culturais e naturais, incluindo formas inovadoras de gestão de seus territórios (p. 29)”. Argumenta-se que os Kambeba criam com o TBC a possibilidade de desenvolvimento local, exercendo suas negociações e interesses com Estado e outras instituições no âmbito local, regional e federal, dessa maneira, promovendo seus agenciamentos políticos.

Quando os Kambeba definem quais são suas prioridades no desenvolvimento local, buscando consolidar suas próprias ferramentas para a gestão de seus modos de vida e do território não deixam de estar, como discute Gasperazzo (2017) a partir da experiência de turismo Mbya Guarani em São Paulo, recriando através do acesso de turistas ao território indígena formas de sensibilização desses visitantes quanto à causa indígena. Geram um universo de interlocução no qual a comunidade posiciona-se e apresenta sua realidade sem intermediários.

Por fim, um terceiro ponto a ser destacado nesse processo de elaboração do Plano de Visitação Kambeba é o estreitamento das relações da aldeia com o setor Mamirauá, que, numa escala de diálogos mais ampla de gestão e governança com a unidade de conservação, almeja também apoio nas ações de vigilância do território para garantir a conservação e recuperação dos recursos florestais e pesqueiros, assim como da biodiversidade local.

Dessa forma, servindo como ferramenta no estabelecimento de alianças que podem contribuir no desafio de manutenção do território (Maldonado, 2009; Brasil, 2012), além do Setor e da Pousada, outros parceiros foram elencados no Plano de Visitação assumindo responsabilidades e atribuições no que se refere às questões de gestão territorial e de segurança da Terra Indígena, dentre eles a FUNAI, Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA-AM) e do município de Uarini, com apoio do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), Exército e Polícia Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em fevereiro de 2020 o Plano de Visitação “Turismo Uika Omagua” foi finalizado e encaminhado à FUNAI para apreciações técnicas que viabilizam sua implementação. A despeito de toda a repercussão positiva mobilizada na aldeia com a possibilidade de abertura às atividades turísticas exclusivas no território indígena descrita nesse artigo, alguns desafios restam à TI Jaquiri.

Um deles, e o mais sensível, reside no âmbito da morosidade de resposta do órgão indigenista às demandas indígenas. No caso das atividades turísticas, a IN 003/15 indica em seu Artigo 8º que compete às Coordenações Regionais (CR) da FUNAI, além das orientações, também o encaminhamento do Plano de Visitação para a Coordenação Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento, por meio de processo administrativo instruído com análise preliminar sobre o preenchimento dos requisitos mínimos da proposta e de mérito, no prazo máximo de 30 dias após o recebimento.

Pautada pela gramática da burocracia e do esquecimento, a relação do Estado com os Kambeba desafortunadamente não é exclusiva. Estudos e análises sobre o instrumento legal já apontam as fragilidades desse processo de tutela, seja no que tange a morosidade nessa etapa inicial seja na ingerência posterior relativa aos procedimentos de acompanhamento e fiscalização das atividades de visitação no território (Ramos & Ferko, 2018). O Jaquiri está administrativamente circunscrito à CR do Alto e Médio Solimões, e sua Coordenação Técnica Local, com apenas um técnico e sem sede ou acesso ao Sistema Eletrônico de Informação do órgão por meio do qual se protocola qualquer encaminhamento; esse mesmo técnico atende a onze municípios e mais de 204 territórios. Nessa esteira, o “documento de gestão” do Jaquiri, que deveria possibilitar diálogos com a FUNAI e legalmente ofertar menos dependência do Estado, encontra-se, no limite, operando como um novo modelo legal de ingresso nos territórios demarcados que prescreve sobre as mesas em Brasília, diferentemente do que se passa aos missionários ou grileiros. A tutela que persiste reativa aos trâmites de aprovação do Plano de Visitação pela FUNAI ocorre, segundo (Corbari et al., 2017), na medida em que os povos indígenas seguiriam subordinados ao interesse do Estado, sem que tivessem retornos mais concretos.

É nessa postura omissiva do Estado, entretanto, que os Kambeba criam formas de resistências e tornam o desamparo em novas alianças e projetos de governança e desenvolvimento local. Como exposto nesse artigo, isso influiu na reaproximação da aldeia na gestão compartilhada com a RDS Mamirauá e no fortalecimento do TBC, reforçando sua organização comunitária com vetor de potencialidades à valorização e criação de meios de visibilidade política e cultural ao coletivo Kambeba aliado à alternativa sustentável. Nesse contexto, conduzimos nossa análise visando afirmar que a atuação autônoma indígena nesse processo os alocam, assim, como *shareholders*, aqueles que na linguagem das discussões sobre governança e sustentabilidade, mais do que partes interessadas e impactadas no projeto - conhecidos como *stakeholders* -, os Kambeba são atores que tomam parte e participam em prol de seus interesses próprios. Nessas ações eles efetivam suas condições de protagonistas e deslocam seu território e identidade do polo da objetificação para aquele da política (Stenger, 1996).

REFERÊNCIAS

- Araújo, F. E., Anjos, R. S., & Rocha-Filho, G. B. (2017). Mapeamento participativo: conceitos, métodos e aplicações. *Boletim De Geografia*, 35(2), 128-140.
- Araújo, W. A., Temoteo, J. A. G., Andrade, M. O., & Trevizan, S. (2017). Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. *Interações*, 4, 5-18.
- Ayres, J. M., Alves, A. R., Queiroz, H. L., Marmontel, M., Moura, E., Lima, D. M., Azevedo, A., Reis, M., Santos, P., Da Silveira, R., & Masterson, D. (1999). Mamirauá: the Conservation of Biodiversity in a Amazonian Flooded Forest. *Advances in Economic Botany*, 13, 203-216.
- Baggio, A. (2007). *Ecoturismo: alternativa sustentável de valorização do patrimônio natural e cultural da Terra Indígena Mangueirinha, PR*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, Brasil.
- Betti, P., & Denardin, V. F. (2019). Turismo de Base Comunitária e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: estudo de caso no restaurante Ilha das Peças, Guaraqueçaba – PR. *Caderno Virtual de Turismo*, 19 (1).
- Bourdieu, P. (1996). *Por uma ciência das obras*. São Paulo: Papirus.
- Brandão, C. N. (2012). *Turismo em Terras Indígenas como fator de desenvolvimento local sustentável: estudo de caso nas comunidades indígenas de Roraima*. Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas, SP, Brasil.
- Brasil - Presidência da República. (1991). *Decreto nº 264*. Referenciado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D264.htm. Acesso em: 5 de junho 2020.
- Brasil (2012). Decreto 7.747. *Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI*. Referenciado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em: 21 de março de 2020.
- Bursztyn, I., Bartholo, R., & Delamaro, M. (2009). Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas de turismo no Brasil. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G. Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem. p.76-91.
- Corbari, S. D., Bahl, M., & Souza, S. (2017). Impactos (turísticos ou não) nas comunidades indígenas brasileiras. *Turismo & Sociedade*, 10 (3), 1-25.

- Faria, I. F. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas (2005). *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 3 (1), p.63-77.
- Faulhaber, P. (1998). *O Lago dos Espelhos: Etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé-Amazonas*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Freitas, T. P., & Mattos, Y. (2009). Impactos culturais do turismo: contradições e paradoxos – estudo de caso com os Índios Pataxó de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália BA. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*, 3 (1), 117-23.
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio. (2015). *Instrução Normativa 03/2015 de 11 de junho de 2015*. Referenciado de: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cgetno/pdf/IN%2003.2015.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2020.
- Gasparazzo, M. V. (2017). *Aldeia temática: projetos e experiências de etnoturismo entre os Guarani*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil.
- Grünewald, R. A. (1999). *Os 'índios do descobrimento': tradição e turismo*. Rio de Janeiro: UFRJ/MN.
- Grünewald, R. A. (2003). Turismo e etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, 20, 141-159.
- Lac, F. (2005). *O turismo e os Kaingang na Terra Indígena de Iraí/RS*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, PR, Brasil.
- Lacerda, M. A. (2004). *Perspectivas de desenvolvimento local entre os Terena, na Aldeia Urbana Marçal de Souza, em Campo Grande – MS: a opção pelo etnoturismo*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica Dom Bosco, MS, Brasil.
- Lustosa, I. M. C. (2012). *Os Povos Indígenas, o Turismo e o Território: Um Olhar Sobre os Tremembé e os Jenipapo-Kanindé do Ceará*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Goiás, GO, Brasil.
- Maldonado, C. O. (2009). Turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Nova Letra.
- Mendes, A., Ribeiro, F. J. E., Sampaio, M. F., Jiménez, R. F., Martins, S. S., Caldas, T. E., & Silva, W. S. (2007). Ecoturismo, preservação e desenvolvimento local: algumas considerações. *Revista ACTA Geográfica*, 2, 105-109.
- Merriam, S. B. (1998). *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Sistema de Informações Geográficas/SIG. (2014). *RDS Mamirauá: divisão política*. IDSM - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.
- Nunes, R. G. A. (2006). *O turismo como prática social em território indígena: uma análise comparativa entre a Reserva Indígena de Dourados-MS e a aldeia Puiwa Poho em Feliz Natal-MT*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Dourados, MS, Brasil.
- Peralta, N. (2002). Implantação do Programa de Ecoturismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Amazonas, Brasil. *OLAM – Ciência e Tecnologia*, 2 (2), 1-21.
- Peralta, N., & Alencar, E. F. (2008). Ecoturismo e mudança social na Amazônia rural: efeitos sobre o papel da mulher e as relações de gênero. *Campos*, 9 (1), 109 - 129.
- Peralta, N., & Cobra, L. (2016). Turismo de base comunitária: como ocorre a aprendizagem? In: Ozorio, R.-Z., Peralta, N., Vieira, F.-S. *Lições e Reflexões Sobre o Turismo de Base Comunitária na Reserva Mamirauá*. Tefé, IDSM, 295pp.
- Peralta, N., & Lima, D. M. (2013). Um panorama da economia doméstica de Mamirauá e Amanã em 2010. *Uakari*, 9, 33-62.

- Peralta, N., Ozorio, R., Nassar, P., & Pinto, G. (2018). Community-based Tourism in protected areas: a move beyond “paper parks”. In: Cunha, A.A., Magro-Lindenkamp, T. C., McCool, S.F. *Tourism and protected areas in Brazil: challenges and perspectives*. New York: Nova, 350pp.
- Porro, A. (1996). *O povo das águas*. Ensaios de etno-história amazônica. Rio de Janeiro: Vozes.
- Queiroz, H. (2005). A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. *Estudos Avançados*, 19 (54), 183-203.
- Ramos, A. R. A., & Ferko, G. P. S. (2018). Turismo em terras indígenas: Legislação e direitos humanos. *Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR*, 8 (2), 127-142.
- Silva, M. V. (2012). *Reterritorialização e identidade do povo Amáguá- Kambeba na aldeia Tururucari-Uka*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas, AM, Brasil.
- SIMDE - Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa (2020). *Sistema de Monitoramento Demográfico e Socioeconômico - IDSM*- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.
- Souza, M. O. (2011). *Passar para indígena na Reserva de desenvolvimento Sustentável Amanã*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasil.
- Stenger, I. (1996). *Pour en finir avec la tolérance*. Cosmopolitiques VII. Paris: La Découverte/ Les Empêcheurs de Penser en Rond.
- Von Held, A. A. (2013). *Turismo em terras indígenas: Atravessando o portal com respeito*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, DF, Brasil.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Brookman.

Recebido em: 12/06/2020
Aprovado em: 11/08/2020

CONTRIBUIÇÕES

Patricia Carvalho Rosa: Definição do problema de pesquisa e objetivos, desenvolvimento da proposição teórica, realização da revisão bibliográfica e fundamentação teórica, escolha dos procedimentos metodológicos, coleta e análise de dados, revisão crítica, redação, adequação do manuscrito às normas da RTA.

Lana Mignone Viana Rosa: Definição do problema de pesquisa e objetivos, desenvolvimento da proposição teórica, realização da revisão bibliográfica e fundamentação teórica, escolha dos procedimentos metodológicos, coleta e análise de dados, elaboração de tabelas, gráficos e figuras, revisão crítica, redação, adequação do manuscrito às normas da RTA.

Pedro Meloni Nassar: Definição do problema de pesquisa e objetivos, desenvolvimento da proposição teórica, realização da revisão bibliográfica e fundamentação teórica, escolha dos procedimentos metodológicos, coleta e análise de dados, elaboração de tabelas, gráficos e figuras, revisão crítica, redação, adequação do manuscrito às normas da RTA.